

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS ZÉ DOCA
CURSO DE CIENCIAS BIOLOGICAS LICENCIATURA

ROZIELE DA SILVA VIANA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E
BIOLOGIA, EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**

Zé Doca – MA
2024

ROZIELE DA SILVA VIANA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E
BIOLOGIA, EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Eliúde Costa Pereira

Viana, Roziele da Silva

A inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de ciências e biologia,
em escolas de Zé Doca - MA / Roziele da Silva Viana. – Zé Doca, MA, 2024.
51 f

TCC (Graduação em Ciências Biológicas Licenciatura) - Universidade
Estadual do Maranhão, Campus Zé Doca, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Eliúde Costa Pereira.

1.Alunos com deficiências. 2.Inclusão educacional. 3.AEE. I.Título.

CDU:376(812.1)


ROZIELE DA SILVA VIANA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E
BIOLOGIA, EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**


Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Biológicas da Universidade
Estadual do Maranhão, para obtenção do
grau de licenciatura em Ciências
Biológicas.

Aprovada em: 21 / 08 / 2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ELIÚDE COSTA PEREIRA**
Data: 21/08/2024 23:18:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Eliúde Costa Pereira (Orientador)
Doutor em Linguística
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **RAKEL GOMES MENDONÇA**
Data: 05/09/2024 15:18:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª Esp. Rakel Gomes Mendonça
Especialista em Microbiologia Clínica
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **ROBSON DE MACEDO CUNHA**
Data: 21/08/2024 21:23:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Esp. Robson de Macêdo Cunha
Esp. em Educação Inclusiva
Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, pelo dom da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido, através de sua misericórdia e graça sem fim, a força necessária para conseguir concretizar mais uma conquista em minha vida.

Ao meu orientador, que foi e é um grande amigo, dando-me o aparato necessário para a realização deste sonho.

Aos meus colegas de curso, por todo o apoio e conhecimentos compartilhados ao longo dessa jornada.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pela oportunidade.

Às comunidades escolares que contribuíram na fase de coleta dos dados.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho trata da inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas que atendem à Educação Básica, tendo como objetivo central analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Ciências (Ensino fundamental) e Biologia (Ensino Médio), no contexto de duas escolas públicas localizadas no município de Zé Doca- MA, e tendo como público- alvo gestores, docentes, discentes e pais. A produção embasou-se na legislação específica e em autores como Selvatici e Moura (2012), Mota *et al.* (2022), Booth e Ainscow (2002), Giroux (1997), Sousa (2019), entre outros. Em relação à metodologia, trata-se de um trabalho de natureza descritiva, no que diz respeito aos objetivos, identificando-se como uma pesquisa de campo em relação aos procedimentos, envolvendo aplicação de questionários com análise dos dados seguindo abordagem quanti-qualitativa. Como resultado constatou-se que o processo de inclusão de alunos com deficiência no processo educativo na Educação Básica vem avançando, mas ainda há muito a ser realizado de modo a colocar o aparato legal em prática.

Palavras-chave: alunos com deficiências; inclusão educacional; AEE.

ABSTRACT

The present work deals with the inclusion of students with disabilities in public schools that serve Basic Education, with the central objective of analyzing the process of inclusion of students with disabilities in Science (elementary education) and Biology (high school) classes, in the context of two public schools located in the municipality of Zé Doca- MA, and targeting managers, teachers, students and parents. The production was based on specific legislation and authors such as Selvatici and Moura (2012), Mota et al. (2022), Booth and Ainscow (2002), Giroux (1997), Sousa (2019), among others. Regarding the methodology, it is a work of a descriptive nature, with regard to the objectives, identifying itself as a field research in relation to the procedures, involving the application of questionnaires with data analysis following a quantitative-qualitative approach. As a result, it was found that the process of including students with disabilities in the educational process in Basic Education has been advancing, but there is still a lot to be done in order to put the legal apparatus into practice.

Keywords: students with disabilities; educational inclusion; AEE.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A EDUCAÇÃO VOLTADA A ALUNOS COM DEFICIENCIA	11
2.1	Equidade na Educação direcionada a pessoas com deficiência	12
2.2	A educação inclusiva e seu amparo legal.....	13
2.2.1	A perspectiva inclusiva.....	16
2.2.2	Refletindo sobre a realidade da educação inclusiva.....	20
3	METODOLOGIAS.....	21
3.1	Caracterização da pesquisa.....	21
3.2	Universo da pesquisa.....	21
3.3	Procedimentos (Coleta e tratamento dos dados).....	22
4	RESULTADOS.....	23
5	CONCLUSÃO.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35
	ANEXOS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as pessoas com deficiência enfrentaram processos de exclusão, marginalização e até eliminação, por serem consideradas diferentes e erroneamente associadas a objetos de punição divina, maldições ou práticas satânicas, passando muitas vezes por sofrimentos degradantes (Lopes, 2007).

A ignorância e o preconceito ceifaram muitas vidas em sociedades que não entendiam a realidade dessas pessoas. Assim, nos tempos antigos, a visão das sociedades em relação a indivíduos com deficiência era particularmente cruel, sendo estes considerados seres inferiores, esquecidos por Deus. Essa visão distorcida por muito tempo manteve esse público às margens da sociedade, sendo-lhes negado, em geral, direitos básicos e, em casos extremos, relegados à morte (Barbosa *et. al.*, 2011).

A superação desse preconceito exigiu um difícil processo de mudança social. Graças à luta pelos direitos humanos/civis, à sensibilização e à formação de pessoas capacitadas para atender a esse público, paulatinamente, as pessoas com deficiência ganharam mais visibilidade e reconhecimento (Mittler, 2003). Ainda há muito a ser feito hoje, mas a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva avança cada vez mais, especialmente nas últimas décadas (Brasil, 2015).

Diante da magnitude desse assunto e de sua importância tanto para as escolas como para toda a sociedade, decidiu-se realizar uma pesquisa sobre “A inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, em escolas de Zé-Doca - MA, com o intuito de analisar o processo de inclusão desses alunos com deficiência, especificamente nas disciplinas Ciências e Biologia.

Parte-se do pressuposto de que a presente investigação contribui para ampliar a compreensão sobre como vem ocorrendo o processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, como também para enriquecer as pesquisas acadêmicas na área. Para além disso, a pesquisa traz contribuições para que a população tenha melhor entendimento da realidade que permeia os estudantes com deficiência, no contexto educacional, haja vista que é comum pais, parentes e pessoas próximas a esses indivíduos não saberem como contribuir para melhor inclui-los e o que fazer para que esses indivíduos se sintam inseridos social e educacionalmente,

devido a entraves como preconceito, desinformação e o não entendimento de seus direitos.

Com base nessa situação, algumas questões relacionadas ao objeto de investigação foram organizadas: Como se configura o processo de inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, no contexto de duas escolas públicas localizadas no município de Zé Doca - MA? Como se encontra o atual cenário de inclusão de estudantes com deficiência, de acordo com a legislação? Quais os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas ao incluírem alunos com deficiência, no processo educativo? Que estratégias as escolas têm utilizado para garantir a efetiva inclusão de alunos com deficiência, no processo educativo?

Nessa esteira, o objetivo geral desse trabalho consistiu em analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, no contexto de duas escolas públicas localizadas no município de Zé Doca - MA, tendo como objetivos específicos: investigar o atual cenário da inclusão de estudantes com deficiência, de acordo com a legislação; identificar as principais situações vivenciadas pelas escolas ao incluir alunos com deficiência; constatar as estratégias utilizadas pelas escolas envolvidas na pesquisa, no que tange ao processo de inclusão de alunos com deficiência, no processo educativo.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho de conclusão de curso resultou de uma pesquisa de natureza descritiva no que diz respeito aos objetivos, identificando-se como uma pesquisa de campo no que tange aos procedimentos. A análise dos dados seguiu abordagem quanti-qualitativa. Como é comum na realização de investigações acadêmico -científicas, primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico, com a intenção de se conhecer previamente o objeto de investigação, com base no que se realizou a pesquisa de campo.

A produção embasou-se na legislação específica e em autores como: Selvatici e Moura (2012); Mota *et al.* (2022); Booth e Ainscow (2002); Giroux (1997); Souza (2019) entre outros. Em relação à metodologia, trata-se de trabalho de natureza descritiva, no que diz respeito aos objetivos, identificando-se como uma pesquisa de campo em relação aos procedimentos. A análise dos dados seguiu abordagem quanti-qualitativa.

2 A EDUCAÇÃO VOLTADA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiências, têm o direito fundamental à educação, que deve ser garantido sem discriminação e em consonância com as mudanças sociais, visando à formação integral do sujeito (UNESCO, 1994).

A priori, é importante refletir sobre a natureza intrínseca do aprendizado humano. Paulo Freire (2013) afirma que a aprendizagem não se limita à compreensão dos objetos do conhecimento, pois ela também se destina à capacidade de intervenção do indivíduo no seu ambiente. No entanto, no contexto real do processo ensino-aprendizagem, surgem diversos desafios, que incluem desde questões metodológicas e de recursos didáticos, até a formação e capacitação dos profissionais envolvidos, bem como a acessibilidade, o respeito e a garantia de direitos.

Nesse sentido, ao longo do presente arcabouço teórico, serão abordados aspectos legais voltados a assegurar a promoção de educação como um direito fundamental para a formação integral das pessoas com deficiência.

No Brasil, a militância e a consolidação do movimento político das pessoas com deficiência desempenharam um papel crucial na promoção da inclusão social, especialmente a partir dos anos 1980 (Brasil, 1988). Esse período foi marcado pela ascensão dos movimentos sociais, a reabertura política, e a criação de instituições dedicadas à defesa e garantia de direitos. Além disso, houve um aumento significativo na participação dessas pessoas nos espaços de controle social e um desenvolvimento robusto do arcabouço legal voltado para a proteção de seus direitos. Após a promulgação da Constituição, com as garantias legais das principais políticas públicas, ocorreram avanços significativos, embora lentos.

Sabe-se que a proteção às pessoas com deficiência no país é sustentada por uma série de dispositivos legais com intuito de assegurar seus direitos fundamentais, promover sua inclusão social e combater a discriminação (Brasil, 1978). Esse conjunto de normas inclui desde a Constituição Federal até leis específicas,

destacando-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) (Brasil, 2015)

Nesse cenário, Sonza (2004) defende que a escola tem um papel fundamental na criação de instrumentos que possibilitem aos alunos incluídos o acesso efetivo à educação e ao currículo, sendo que este deve ser adaptável o suficiente para alcançar todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, e a comunidade escolar deve ser encorajada a desenvolver estratégias que facilitem a compreensão e a ressignificação dos conteúdos por todos.

Selvatici e Moura (2012) apontam que a adaptação de materiais para atender alunos com necessidades educacionais específicas exige um repensar das práticas pedagógicas. Na visão das autoras, essa adaptação permite que os professores revisem suas metodologias de ensino, considerando tanto aspectos cognitivos quanto emocionais, a fim de repensar e redefinir as interações em sala de aula entre todos os agentes (professores e alunos), tenham eles ou não necessidades específicas.

2.1 Equidades na Educação direcionada a pessoas com deficiências

(Rodrigues, 2014,) Se a educação é responsável pelo desenvolvimento pleno das pessoas, a fim de que elas tenham as mesmas oportunidades de inserção social, torna-se necessário que sua promoção considere sempre o princípio da equidade.

Na visão de Mota *et al.* (2022), Equidade significa tratar as pessoas com justiça e imparcialidade, considerando as necessidades e as circunstâncias particulares de cada uma. Portanto, para garantir a equidade, é necessário viabilizar as condições e os recursos adequados para que todos possam atingir os mesmos resultados ou oportunidades, levando em consideração suas especificidades (Rawls, 2007).

Para compreender a relevância da equidade no acesso à educação, é essencial considerá-la como um direito fundamental. Conforme exposto por Freire (1996), a educação é um ato político que deve ser democratizado, possibilitando aos indivíduos o pleno desenvolvimento de suas capacidades e a participação ativa na sociedade.

As pessoas com deficiências costumam apresentar índices de acesso e sucesso escolar inferiores à média (Gomes, 2023). De acordo com Booth e Ainscow (2002), múltiplos fatores podem se apresentar como barreiras no rendimento educacional dos alunos, tais como: barreiras arquitetônicas, falta de preparação de professores, atitudes excludentes tanto por parte de educadores como de colegas de classe, etc., que podem afetar no rendimento educacional desses alunos (Brasil, 2015). Portanto, para garantir a equidade, é necessário viabilizar as condições e os recursos adequados para que todos possam atingir os mesmos resultados ou oportunidades, levando em consideração suas especificidades (Barroco *et al.* 2023). Vale ressaltar que assegurar a equidade no acesso à educação vai além de uma questão de justiça social, constituindo também um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Por isso, o direito à educação deve ser mais que um ideal, tornando-se uma realidade concreta para todos, independentemente de sua origem ou situação socioeconômica.

Não se pode esquecer de que as desigualdades sociais na educação perpetuam injustiças em outras áreas, a exemplo do mercado de trabalho e da representação política Sen (1999). Destaca que uma sociedade justa é aquela que assegura a todos os seus membros igualdade de acesso a oportunidades significativas de vida. Portanto, a ausência de equidade no acesso à educação compromete os princípios fundamentais de justiça social e democrática (Rawls, 1971). Nesse sentido, é fundamental não apenas planejar, mas também implementar práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade dos alunos. Segundo Souza (2019), um desafio importante é assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso adequado à educação. Isso requer não apenas a criação de estruturas físicas acessíveis, mas também a adoção de políticas inclusivas que promovam a participação plena e igualitária desses indivíduos no sistema educacional.

Conforme argumenta Giroux (1997), uma educação verdadeiramente democrática deve capacitar os alunos a se tornarem agentes de mudança social, permitindo-lhes questionar as estruturas de poder existentes e promover a justiça em suas comunidades.

2.2 A educação inclusiva e seu amparo legal

A Educação Inclusiva (EI) vem ganhando destaque no panorama educacional brasileiro, impulsionada por legislações como a Lei de Inclusão (Sodré; Alves-Oliveira, 2022). Essa mudança de paradigma coloca a educação especial em um papel complementar, integrando-a à proposta pedagógica geral do Sistema Educacional. Nesse contexto, alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação e deficiências assumem centralidade nas políticas públicas de EI, tendo como principal suporte o Atendimento Educacional Especializado (AEE), amparado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Brasil, 2011).

Quanto à importância da inclusão escolar na formação do cidadão, Silva (2019) destaca que a educação inclusiva se torna necessária diante do fracasso escolar. Ela exige da escola uma postura pedagógica baseada no respeito às diferenças sociais, culturais, econômicas e pessoais. Além disso, a educação inclusiva requer que a escola ofereça respostas educacionais por meio de currículos flexíveis e adaptados, utilize recursos didáticos e tecnológicos que favoreçam e potencializem a aprendizagem, e conte com professores bem capacitados para mediar o processo educativo (Tomlinson, 1999).

No que se refere aos Direitos Fundamentais, todos os indivíduos devem ter respeitados seus direitos à vida, à integridade física, à liberdade, à dignidade, à igualdade e à educação, conforme estipula a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948). Em conformidade com esse entendimento, o Art. 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988, assegura o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1998), o que é reafirmado na Declaração de Salamanca (1994).

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil encontra amparo em um conjunto de leis e políticas públicas, que iniciam com a Constituição Federal (Brasil, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069 de 1990, atualizado até a lei n 13.441, de 08 de maio de 2017, nos art. 53 e 54, discorre sobre o direito desse público à educação com vistas ao desenvolvimento em diferentes âmbitos e, para tanto, devem ter igualdade de condições no que tange ao ingresso e permanência na escola, assim como, atendimento especializado de modo preferencial na rede regular de ensino (Brasil, 1990 [2017]).

Apesar do que recomenda o ECA, e da importância dessa legislação, são necessários mais investimentos, principalmente na formação de professores e na infraestrutura escolar, para que tudo que foi mencionado não fique apenas na esfera das intenções, mas se torne de fato realidade. A implementação efetiva dessas políticas depende do compromisso constante do governo em fornecer os recursos e suporte necessários para atender às demandas de todos os estudantes, promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

A Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN 9394/96) determina no artigo 59 que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades; II- terminalidade específica para aqueles que não puderam concluir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para superdotados; III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora [...] (Brasil,1996).

Portanto, a LDBEN (Brasil, 1996) representa um avanço determinante para a educação inclusiva no país e o artigo 59 é bem representativo disso, ao enfatizar a importância de currículos e metodologias específicas para atender alunos com deficiência, promovendo uma educação personalizada. A exigência de educadores especializados e a integração de alunos com deficiência nas classes regulares são importantes para efetivar, de fato, a inclusão social. No entanto, a implementação eficaz dessas diretrizes exige qualificação adequada dos profissionais e recursos suficientes. Em suma, a lei é um avanço significativo, mas sua realização plena depende de esforços contínuos e investimentos necessários.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei.13.146) de 2015, no Art. 27, afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Como se observa, a referida lei fala sobre as garantias do direito à educação da pessoa com deficiência, nos diferentes níveis de ensino, com vistas ao pleno desenvolvimento desse público.

Conforme argumentado por Rogalski (2010), a educação desempenha uma função essencial na integração e inclusão das pessoas, facilitando sua adaptação à sociedade e fomentando a harmonia com o ambiente, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, psíquicas, viscerais ou múltiplas. Por sua vez, Saviani (2002) destaca a necessidade primordial de assegurar o direito à educação de forma justa e equitativa para todos os membros da sociedade.

2.2.1 A perspectiva inclusiva

A educação especial, orientada por propostas e ações inclusivas, agregadoras e interativas, tem alcançado um papel crucial ao promover uma atenção especial à realidade vivida por muitos alunos com deficiência ou limitações em suas capacidades físicas, mentais, cognitivas, entre outras (Santos; Henrique, 2023).

Borges e Martins (2017) argumentam que a educação inclusiva é baseada em pilares como a equidade e a eficácia escolar. Assim, para aprimorar o processo educacional, as escolas devem se estruturar por meio de princípios que promovam o efetivo desenvolvimento escolar, de modo a assegurar a permanência e a qualidade do ensino para todos os alunos, em todos os níveis educacionais.

A educação especial inclusiva é um método pedagógico que combina características do ensino regular com o especial, promovendo a integração de crianças com diferentes necessidades (Brasil, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) integra a educação regular com a educação especial. No entanto, Alves e Gotti (2007) apontam que, inicialmente, o termo era mal interpretado como equivalente à educação em escolas ou classes especiais. Isso resultou em práticas educacionais focadas apenas em estudantes com deficiência e na formação de professores de educação especial especificamente para esses ambientes. Eles também argumentam que o AEE consiste em serviços educacionais oferecidos pela educação especial para suprir as necessidades específicas dos alunos, de modo que o AEE se configura como uma peça da educação especial dentro do ambiente escolar comum, tendo em vista apoiar

os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes. Tal ação promove uma relação de colaboração entre educadores do AEE e os professores de classes regulares, proporcionando trocas de saberes e estratégias educativas.

Mesmo com o progresso que as classes especiais trouxeram para as pessoas com deficiência, proporcionando a primeira oportunidade real de ensino, reconhece-se que essas classes (representadas pelo AEE) estão mais ordenadas com o conceito de inclusão (Brasil, 2008). A ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. Assim, esse modelo assume que as pessoas com deficiência precisam se ajustar à sociedade, procurando viver de acordo com os padrões considerados normais (Sassaki (1997).

A perspectiva inclusiva baseia-se no desenvolvimento de uma sociedade democrática que promove a igualdade de direitos e oportunidades. Para tanto, é essencial uma reflexão contínua sobre esse tema e a constante expansão das práticas inclusivas (UNESCO,1994). Nesse contexto, os espaços escolares devem ser dinâmicos e estabelecer princípios e ações claras que orientem o alcance de suas metas, desenvolvendo, assim, seus projetos pedagógicos. O currículo, por exemplo, precisa ser constantemente revisado e adaptado para atender às demandas de uma educação inclusiva e equitativa (Bastos, 2008).

A importância da educação inclusiva torna-se evidente quando se consideram as características individuais de cada pessoa. Trata-se de um tipo de educação que valoriza e integra aqueles com necessidades educacionais especiais, garantindo que o acesso ao ensino seja equitativo para todos. Dessa forma, cada indivíduo se sentirá parte integrante da jornada pelo conhecimento, contribuindo para que esse processo se torne cada vez mais acessível e abrangente (Meirieu, 2005).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação Especial foi reconhecida como uma modalidade de ensino (Brasil, 1996). Essa mudança implicou em uma reestruturação da Educação Especial, tanto em relação aos alunos atendidos quanto à terminologia utilizada para descrever esse grupo de estudantes. Houve uma transição do termo "portadores de deficiência" ou "deficientes" para "pessoa com deficiência". Além disso, o perfil dos alunos beneficiados passou a incluir aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Mattos, 1994).

De acordo com as disposições dessa política, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser oferecido em todas as fases, níveis e formas de ensino, devendo ocorrer em horário contrário ao da classe regular, utilizando os recursos apropriados para essa finalidade.

Com a Portaria Normativa nº 13/2007 (Brasil, 2007), foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no país, cuja consolidação ocorreu por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a partir de 2008. Essa evolução destaca a relevância normativa desses espaços, que se integraram ao cenário educacional brasileiro.

As SRM estão equipadas com materiais didático-pedagógicos específicos para atender alunos com diversas características e necessidades educacionais especiais, sejam elas auditivas, visuais, intelectuais, físicas ou múltiplas. Além disso, atende pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, espectros do autismo e altas habilidades. Elas têm o objetivo de fornecer o AEE, propiciando um espaço adequado para atender às necessidades dos educandos (Brasil, 2009).

De acordo com a Resolução n. 04, de 2009, do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2009), a efetivação das salas de recursos multifuncionais se fundamenta em diretrizes específicas que orientam sua implementação e funcionamento, e menciona que:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo as classes comuns, podendo ser realizado, também em centros de atendimento educacional especializado em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas a secretaria de educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou municipais (Brasil, 2009).

O AEE é uma iniciativa importante para a inclusão de alunos com deficiência. Entretanto, para ser eficaz, são necessários investimentos na área de formação dos profissionais, na articulação com o currículo regular e na infraestrutura adequadas das instituições. A contribuição conjunta de escolas e secretarias de educação também é imprescindível para assegurar a continuidade e qualidade do atendimento. Dessa maneira, o AEE contempla a educação regular e possibilita um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

O AEE, juntamente com outras adaptações razoáveis, deve ser integrado ao projeto educativo, para atender às necessidades dos estudantes com deficiência e

garantir seu acesso igualitário ao currículo. Esse processo visa capacitar os alunos a conquistarem e exercerem sua autonomia plenamente.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) desempenha um papel crucial como guia para as práticas educacionais, estando intrinsecamente ligado a um contexto histórico-social mais amplo. Ele proporciona à escola uma compreensão clara de sua função e importância na sociedade, delineando suas metas e diretrizes educacionais de acordo com as demandas e aspirações do contexto em que está inserida.

A educação inclusiva exige compreensão da realidade que permeia os envolvidos no contexto educacional, especialmente os alunos. Nesse sentido, o PPP é considerado uma ferramenta essencial para a reformulação dos conteúdos e métodos de ensino, levando em conta as necessidades individuais dos estudantes. Além disso, ele serve como instrumento para legitimar a atuação dos professores e promover a autonomia na gestão escolar. Portanto, o papel do gestor escolar é crucial como mediador no processo de planejamento do ensino e aprendizagem na instituição de ensino.

É importante salientar que a gestão escolar não pode mais ser concebida de maneira hierárquica e separada do ambiente em que as interações de ensino e aprendizagem ocorrem. Caso contrário, corre-se o risco de perpetuar um sistema educacional excludente. É essencial que tais interações se desenvolvam em um ambiente que reconheça e valorize as opiniões dos envolvidos no processo educacional, o que contribui para fortalecer as ações e decisões no contexto escolar.

Segundo a legislação vigente, essa exigência está claramente especificada na LDBEN nº 9.394/96 (Brasil, 1996), segundo a qual as instituições de ensino são responsáveis por suas propostas pedagógicas e também determina, em seu Art. 14, que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; (Brasil, 1996).

Como se observa, a legislação enfatiza a participação da comunidade escolar na administração da escola, oferecendo ao gestor escolar várias oportunidades para discutir questões pedagógicas com a comunidade. Esse diálogo permite compreender as necessidades dos alunos e, em colaboração com outros

profissionais e alunos, planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas. Uma dessas oportunidades é a elaboração conjunta do PPP, destacando a gestão escolar sob uma perspectiva de educação inclusiva.

Ao refletir sobre a participação da comunidade na construção de uma escola que reconhece as especificidades de sua realidade, ressalta-se novamente a importância do PPP como uma ferramenta essencial para promover a inclusão, legitimar a atuação dos professores e garantir autonomia pedagógica.

2.2.2 Refletindo sobre a realidade da educação inclusiva

A integração de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares no país já é uma realidade. A cada ano, mais alunos com esse perfil estão sendo matriculados, porém, mantê-los na escola e garantir seu sucesso escolar continua sendo um desafio. Segundo Santos, Almeida (2017), uma das principais razões para isso é a falta de preparo dos professores, tanto os do ensino regular quanto os de educação especial, tanto na formação inicial quanto na formação contínua. Apesar de existirem políticas públicas há muito tempo voltadas para a formação de professores, na prática, os desafios persistem. A falta de capacitação adequada dos professores para atender alunos com necessidades especiais é um problema significativo para a efetiva implementação dessas políticas (Sassaki, 2005). D'agua (2003) destaca que, devido à formação insuficiente, muitos professores se sentem despreparados e relutantes em se envolver nessa área da educação. Quando houve o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em 2008, foi evidenciada a importância da formação de professores e de outros profissionais para a inclusão (Brasil, 2008). A partir de então, tanto a formação inicial quanto a continuada se tornaram áreas de estudo significativas, devido à complexidade envolvida no tema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) menciona que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional

especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (Brasil, 1996).

A ênfase em formação especializada para professores no campo da Educação Especial é essencial para a inclusão eficaz. No entanto, é crucial que essa formação não se restrinja a diretrizes formais, mas que também seja acompanhada por recursos e apoio contínuos para enfrentar as complexidades e desafios do ensino inclusivo.

3 METODOLOGIAS

3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho de conclusão de curso é de natureza descritiva no que diz respeito aos objetivos, identificando-se como uma pesquisa de campo no que tange aos procedimentos. A análise dos dados seguiu abordagem quanti-qualitativa. Como é comum na realização de investigações acadêmico-científica, primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico, com a intenção de se previamente conhecer melhor o objeto de investigação, com base no que se produziu a pesquisa.

Na visão de Fonseca (2002), o levantamento bibliográfico se constrói a partir da pesquisa de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, a exemplo de livros, artigos científicos, periódicos, dentre outros. Na visão de Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo consiste em investigações empíricas, cujo objetivo é a análise das características primordiais ou decisivas de um fenômeno, a avaliação de programas ou ainda o isolamento de variáveis principais ou chave. Nesse tipo de estudos são aplicadas técnicas como entrevistas e questionários, e procedimentos de amostragens.

3.2 Universos da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no mês de junho de 2024, em duas escolas públicas, sendo uma municipal e outra estadual, ambas localizadas na área urbana da cidade de Zé Doca - MA, sendo que os nomes das escolas não foram

informados por questões éticas, ficando identificadas penas por escola “A”, para se referir à escola de nível fundamental, e escola “B”, para a escola de nível médio. Contudo, os dados coletados ficarão em poder da pesquisadora por um período de cinco anos, para atender aos ditames legais, ficando disponíveis para consulta por quem assim o desejar, ao longo desse período.

Essas escolas constituíram o local da pesquisa, mediante solicitação de autorização advinda do professor orientador, com exposição do objetivo da pesquisa. Quanto ao público-alvo e que respondeu ao questionário, está distribuído da seguinte forma: escola “A” (ensino fundamental – 6º e 9º ano), composto por uma gestora, quatro professores, dois alunos e dois pais; escola “B” (1ª e 3ª série do ensino médio), composto por um gestor, dois professores, três alunos e dois pais, havendo no total a participação de dezessete pessoas. A escolha desse público ocorreu por fazerem parte dos componentes envolvidos no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

3.3 Procedimentos (coleta e tratamento dos dados)

A operacionalização foi realizada mediante aplicação de questionários semiestruturados, ou seja, com questões abertas e fechadas, tendo como participantes, gestores, docentes, discentes, pais/responsáveis de alunos com deficiência.

Para coleta dos dados, inicialmente obteve-se a concordância dos (as) gestores (as) das escolas para realização da pesquisa de campo. Após a liberação, os informantes foram informados sobre o propósito da pesquisa e convidados a participarem com a ação. Após o aceite, foi assinado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), em consonância com normas do Curso de Ciências Biológicas. Após essa fase, foram aplicados questionários com questões semiestruturadas (perguntas abertas e fechadas) aos informantes: gestores, docentes, pais e discentes. Todos foram devidamente informados sobre a garantia do anonimato e confidencialidade em relação às informações prestadas.

Após a obtenção dos dados, passou-se à tabulação, análise e interpretação dos dados, tendo-se utilizado recursos diversos, como de programas da *Microsoft: Word, Excel* etc.

4 RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo, seguidos da respectiva discussão. Essa análise será conduzida com base no referencial teórico que orienta todo o processo, permitindo uma compreensão mais profunda dos dados coletados e sua relação com os objetivos inicialmente estabelecidos.

Ao apresentar os resultados, considera-se relevante retomar o objetivo proposto para a presente investigação, qual seja, analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, no contexto de duas escolas públicas do município de Zé Doca - MA.

Nesse sentido, apresenta-se inicialmente um quadro com um panorama do perfil dos informantes, conforme quadro 1:

Tabela 1: Perfil dos informantes

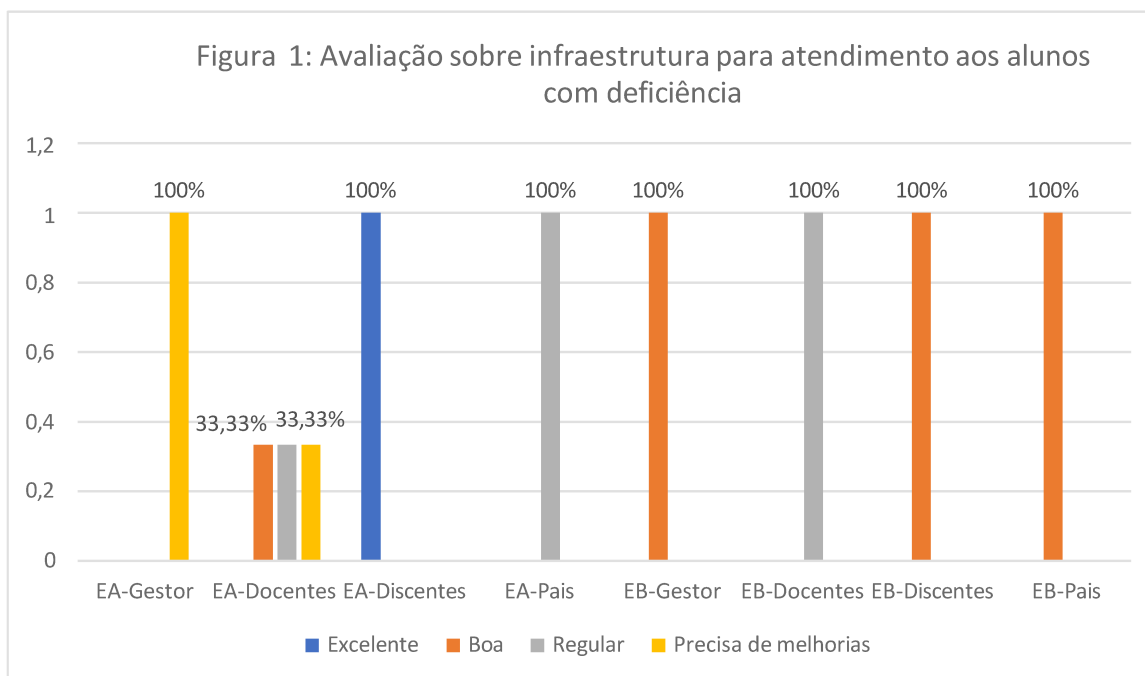
Público	Escola	Gênero	Idade/ Faixa etária	Quantidade
Gestor (a)	A	Feminino	36	1
	B	Masculino	43	1
Docente	A	2 Masculino /1 Feminino	33 a 51	3
	B	Feminino	26 a 55	3
Discente	A	Masculino	14	2
	B	2 Masculino/1 Feminino	17 a 18	3
Pais/ responsáveis	A	1 Masculino/ 1 Feminino	40 a 44	2
	B	Feminino	32 a 37	2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2024)

Portanto, dezessete informantes participaram da pesquisa, incluindo desde representantes da gestão das escolas, passando por docentes, discentes e pais/responsáveis. Ressaltando-se que a escola B teve um participante a mais que a escola A, o que ocorreu apenas no segmento discente, com dois informantes da escola A e três da escola B.

A partir daqui passar-se-á a apresentar os resultados dos dados empíricos coletados junto ao público-alvo acima identificado, no que tange aos aspectos diversos envolvidos no processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Ciências e Biologia.

Como questão inicial, procurou-se obter uma avaliação dos informantes sobre a infraestrutura disponível nas escolas, com vistas ao atendimento dos alunos com necessidades especiais, sobre o que se conseguiu as seguintes respostas:

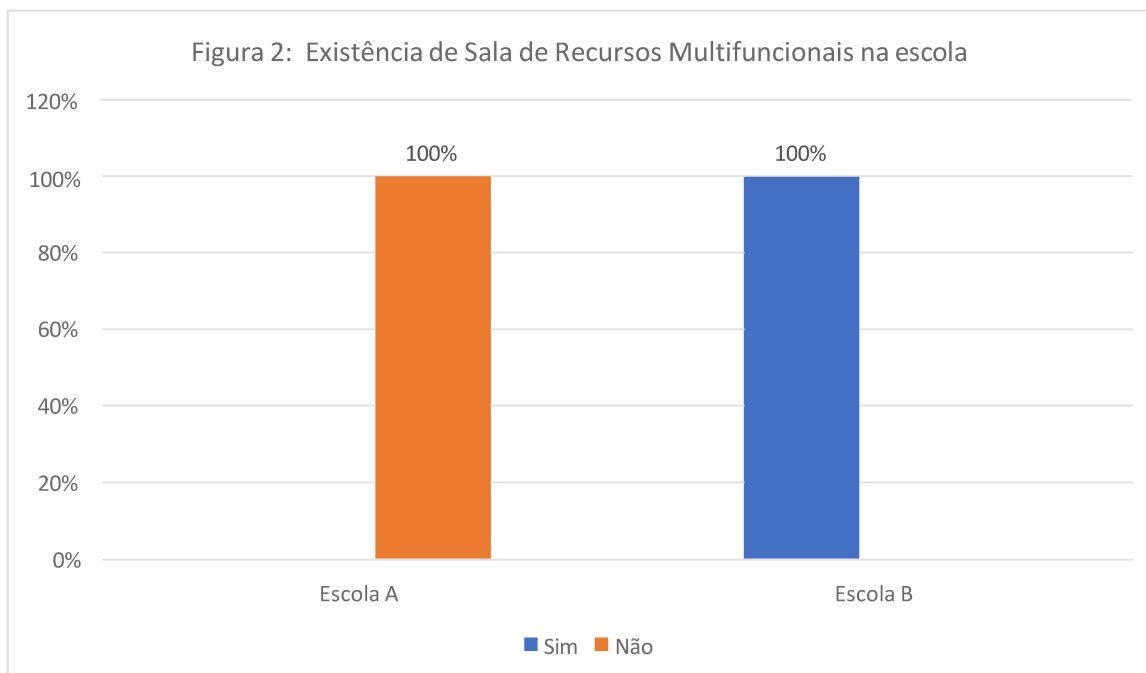


Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2024)

Conforme demonstram os dados da figura acima, na escola A, tanto o gestor como a maioria dos docentes e também os pais consideram que a infraestrutura não é boa. Apenas para um docente e para os alunos que esse aspecto é bom e excelente, respectivamente. No caso deste último público, talvez que a avaliação positiva tenha a ver com a falta de maturidade para fazer um julgamento mais coerente.

Quando se trata da escola B, a avaliação, em geral, é positiva, uma vez que tanto o gestor quanto os alunos e os pais consideraram que esse item é bom, sendo que apenas os professores avaliaram como regular. É importante destacar que a escola A é da rede municipal e a B, da rede estadual. Conforme discutido no referencial teórico, para garantir educação para pessoas com deficiência a criação de estruturas físicas acessíveis, como rampas e salas adaptadas, é fundamental. Sem essa infraestrutura, políticas públicas inclusivas podem não ser eficazes em promover a plena participação desses indivíduos no sistema educacional, isso corrobora com Souza (2019).

Na sequência, procurou-se saber se as escolas possuem Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), sobre o que se obtiveram os seguintes resultados:

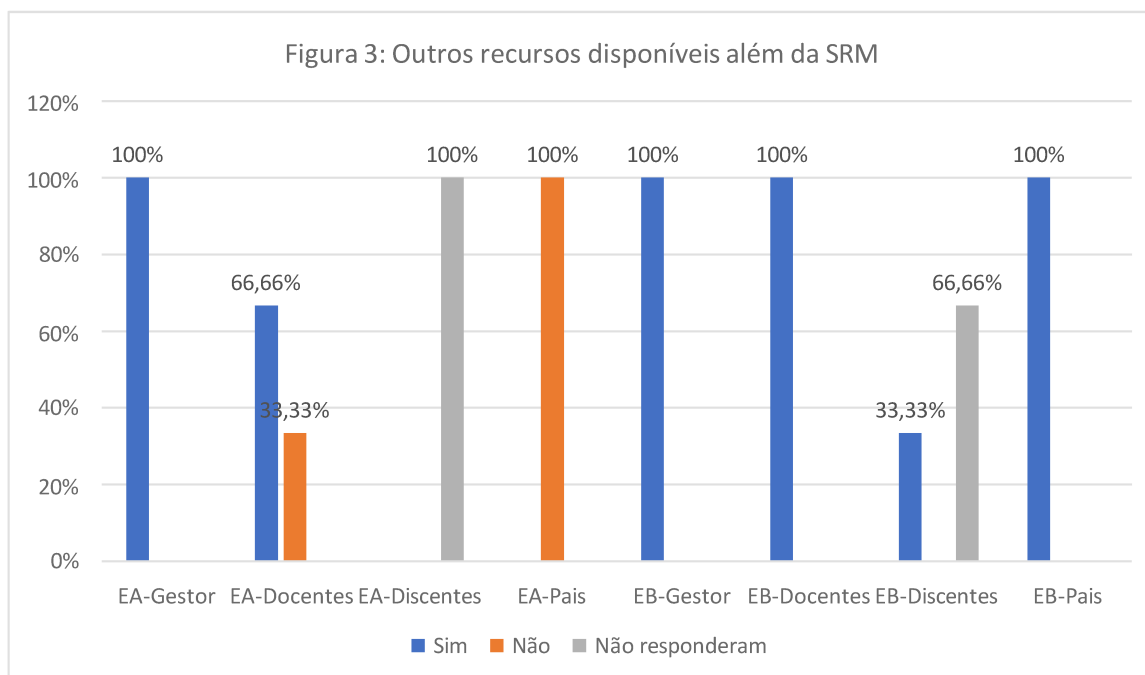


Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2024)

Como evidenciado na figura, apenas a escola B, que atende alunos do Ensino Médio, possui SRM, o que se justifica pelo fato de que, diante da impossibilidade de disponibilização de tais salas em todas as escolas, a própria legislação, caso das Resoluções CNE/CEB nº 2 de 2001 (Brasil, 2001), e nº 4 de 2009, (Brasil, 2009), determina que aquelas que as possuem atendam não apenas os seus alunos, mas também aqueles matriculados em outras escolas. Sobre a existência de recursos suficientes para atender o público-alvo, o gestor da escola com SRM respondeu positivamente.

Quando se questionou os informantes da escola A, que não possui SRM, se os alunos com deficiência nela matriculados eram atendidos em outras escolas, todos responderam negativamente, o que pode evidenciar que alunos com esse perfil, matriculados em escolas sem SRM, acabam ficando sem esse atendimento, dificultando o processo de inclusão.

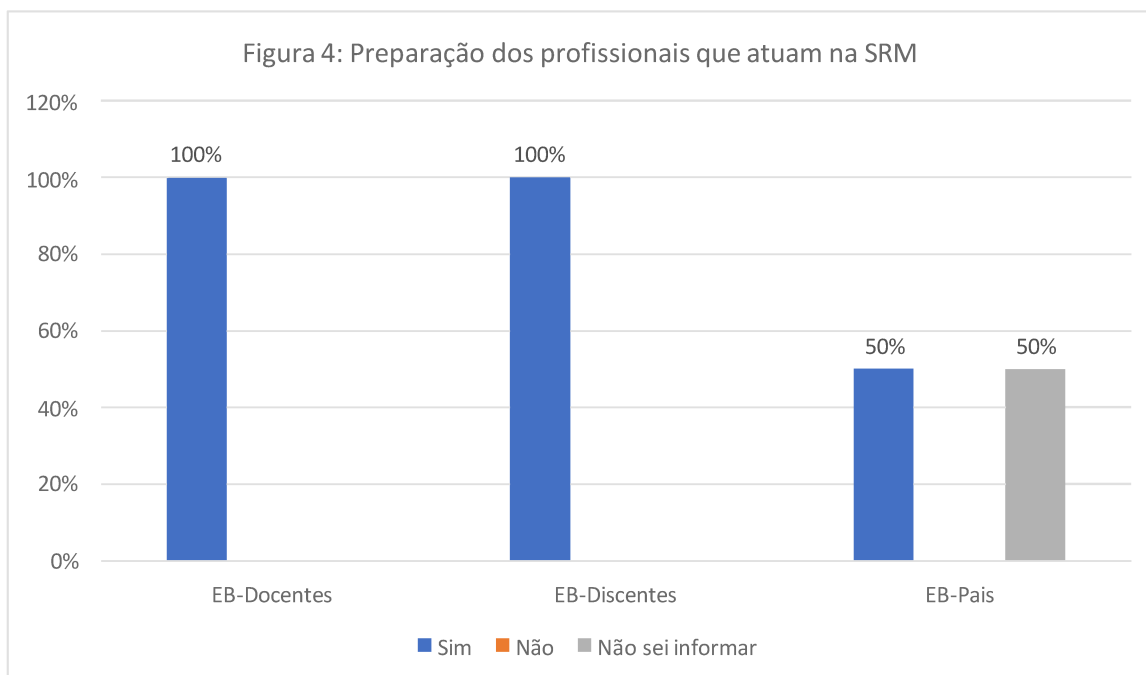
Também se procurou saber se além das SRM, as escolas possuem outros recursos para utilização no processo ensino-aprendizagem voltado ao público com deficiência, obtendo-se os seguintes resultados:



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2024)

Como observado na figura, de acordo com os gestores e 66,66% dos docentes, na escola “A”, embora não haja SRM, há recursos disponíveis para auxiliar o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e, na escola “B”, que possui SRM, segundo praticamente todos os informantes, com exceção de 66,66% dos discentes que não responderam, há também outros recursos para atendimento desse público, para além da SRM. Quando questionados sobre quais seriam esses materiais, obtiveram-se os seguintes resultados: jogos e materiais didáticos (escola A); multimídias e materiais pedagógicos adaptados (escola B). Desse modo, a disponibilidade de recursos nas duas escolas para atender alunos com deficiência, independentemente da presença ou não de SRM, confirma com que determina (Brasil,2009).

No que tange às condições humanas para atendimento ao público em questão, procurou-se saber juntos aos gestores se os profissionais que atendem esses alunos possuem formação específica, sobre o que o gestor da escola “A” não soube informar, enquanto o gestor da escola “B” respondeu afirmativamente. Nessa esteira, questionou-se os demais informantes se os profissionais que atendem os alunos na SRM são bem preparados, sobre o que se obtiveram os seguintes resultados:



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2024)

Os dados na figura acima, dos informantes da escola “B”, que possui SRM, indicam que, de acordo com a maioria deles, os profissionais que atuam nesse espaço de atendimento especializado, possuem boa preparação para o exercício da função.

Os resultados apontam para uma diferença na percepção a respeito da formação dos profissionais entre as duas escolas, com a escola “B” apresentando uma visão mais clara e positiva quanto à qualificação dos profissionais que atendem os alunos com deficiência. Enquanto a escola “A” aponta uma falta de conhecimento ou informação sobre a qualificação dos profissionais, considerando que o gestor não soube informar. Diante disso é necessário ressaltar a importância da especialização adequada dos professores que atendem na educação especial, conforme a legislação (Brasil, 1996).

Outro aspecto que procurou-se investigar em relação às condições oferecidas pelas escolas para atendimento aos alunos com deficiência, foi a existência de serviço de apoio especializado, como intérprete de libras e/ou monitores para alunos com deficiência, sobre o que ambas as escolas foram unânimes em responder que possuem serviço de apoio especializado, como intérprete de libras e/ou monitores para auxiliar no atendimento a alunos com deficiência.

O levantamento da existência de serviços de apoio especializado nas escolas, como interprete de libras e monitores para alunos com deficiência, revela um cenário positivo de inclusão e suporte deducional. A confirmação, por parte de todos os informantes, de que ambas as escolas possuem esses serviços indica um avanço significativo na garantia de acessibilidade e na promoção de um ambiente educacional inclusivo.

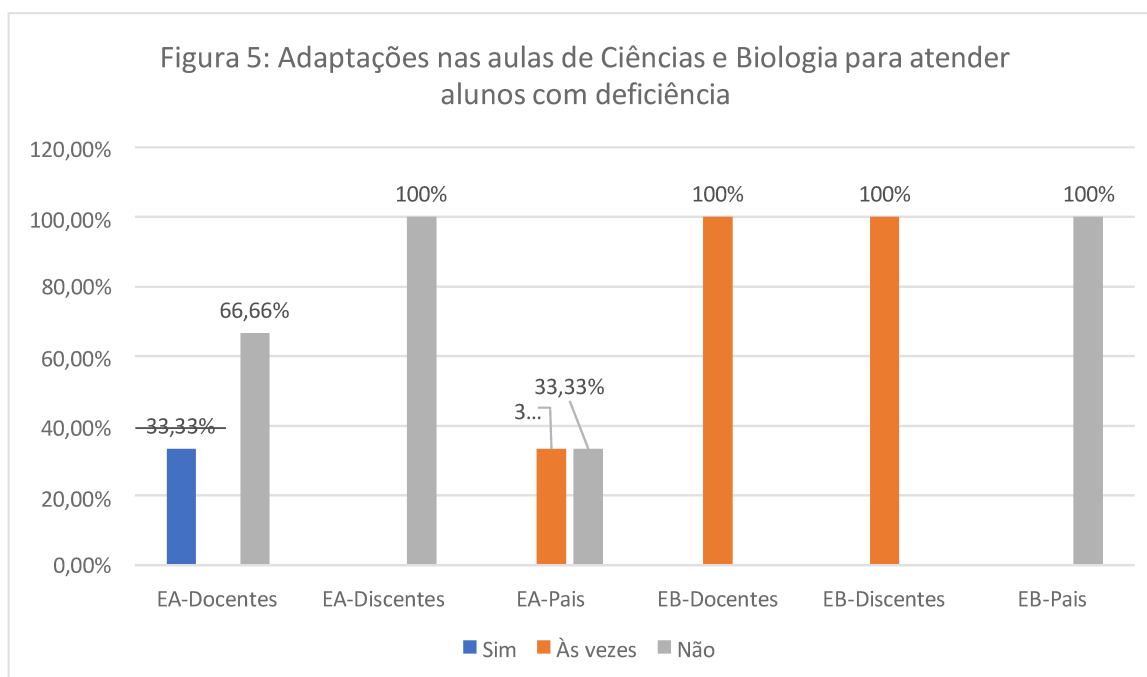
Sobre a oferta de formação continuada para atender aos alunos com deficiência, ambos os gestores responderam positivamente, sendo que o responsável pela escola "A" informou que isso ocorre anualmente, enquanto que o gestor da escola "B" afirmou que a periodicidade é semestral. Para 33,33% do segmento docente da escola "A" não ocorre formação com essa finalidade, porém 66,66% informaram que ocorre anualmente. Na escola "B", 66,66% responderam que esse processo não ocorre e 33,33% responderam que esse tipo de formação ocorre anualmente.

Portanto, há distorção entre as respostas de informantes da mesma escola. De todo modo, constata-se que nem todos os docentes recebem formação continuada para lidar com esse público, o que certamente impacta no processo educativo, o que pode contribuir para dificultar o processo de inclusão e desenvolvimento da aprendizagem desses alunos.

Como parte da pesquisa, procurou-se saber dos gestores e dos professores se os PPPs das escolas abordam a questão da inclusão de alunos com deficiência, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem para todos, sobre o que ambos os gestores responderam positivamente, mas apenas o da escola "B" explicitou quais são os aspectos contemplados: sociológicos, psicológicos, cognitivos e formativos. De acordo com os professores de ambas as escolas, com exceção de apenas um deles da escola "B", aspectos voltados à inclusão de alunos com deficiência são contemplados nos PPPs, sendo que apenas um deles, da escola "B", informou quais aspectos são contemplados: social, cognitivo, psicológico e formativo.

Esse procedimento realizado pela escola é importante, uma vez que o PPP é o documento norteador de todas as práticas de gestão, pedagógicas e curriculares da escola, de modo que, ao contemplarem a organização do atendimento aos alunos com deficiência, as escolas certamente podem se organizar melhor, do ponto de vista prático, para esse trabalho específico.

Apresentado esse panorama, passar-se-á à apresentação dos aspectos mais específicos relativos aos componentes Ciências e Biologia, no âmbito do atendimento a alunos com deficiência. Sobre isso, perguntou-se aos docentes, alunos e pais se são realizadas adaptações nas aulas de Ciências/Biologia com vistas ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, obtendo-se os seguintes resultados:



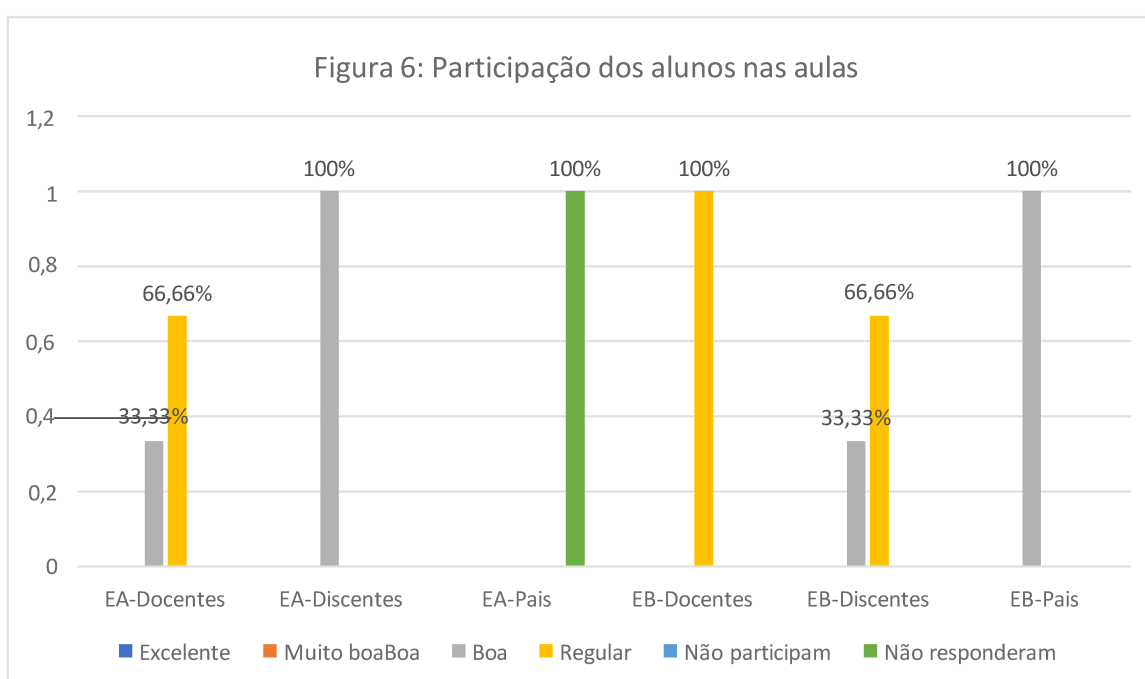
Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2024)

Conforme fica evidenciado, na figura, em geral não são realizadas adaptações para atender aos alunos com deficiência, sendo que apenas um docente informou que isso ocorre, ou seja, ele se preocupa em fazer tais adaptações por meio de “livros com sinalização em libras” (Professor da Escola “A”).

A análise indica que as adaptações para atender alunos com deficiências são, em geral, insuficientes nas escolas. Apenas um docente da escola “A” mencionou a utilização de livros com sinalização em libras como uma adaptação específica. Isso aponta para uma lacuna significativa nas práticas de adaptações pedagógicas necessárias para uma inclusão efetiva. A falta de adaptações pode resultar em barreiras que impedem a plena participação dos alunos com deficiência, limitando seu acesso ao conteúdo e ao processo de aprendizagem. Ausência de estratégias e adaptações consistentes sugerem que há uma necessidade urgente de políticas práticas mais robustas para garantir que todos os alunos recebam suporte adequado.

De acordo com Rodrigues (2006), para adaptar eficazmente os métodos de ensino nas aulas de Ciências e Biologia, os educadores podem empregar uma variedade de estratégias. Uma abordagem é o ensino diferenciado, que envolve a adaptação de métodos de ensino para acomodar diversos estilos e habilidades de aprendizagem. Para alunos com deficiência, isso pode envolver o fornecimento de tarefas alternativas, ofertas de apoio adicional ou o ajuste do ritmo de instrução.

Também se procurou saber com docentes, alunos e pais avaliam o nível de participação discente nas aulas de Ciências e Biologia, chegando-se aos seguintes resultados:



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2024)

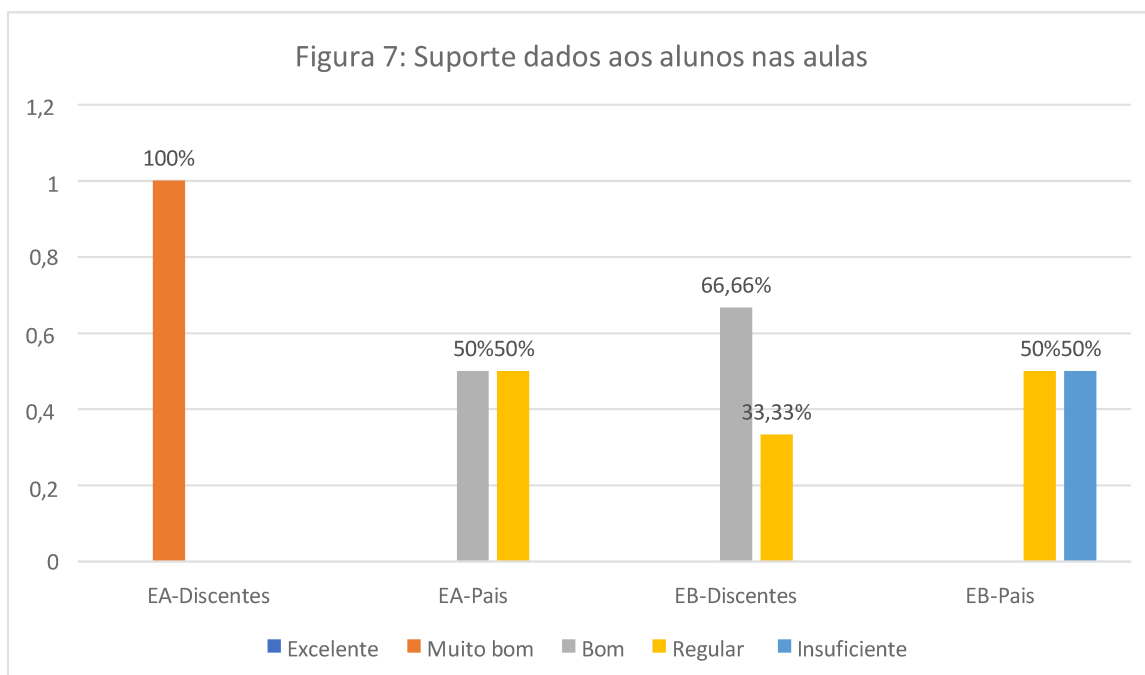
Considerando de modo geral as respostas dos informantes, o nível de participação dos alunos nas aulas não é bom. Na escola “A”, por exemplo, os discentes informaram que é boa, mas apenas 33,33% dos docentes deram essa mesma resposta, sendo que os demais disseram ser regular. Na escola “B”, embora os pais tenham informado que a participação é boa, no entanto, segundo as respostas dos docentes e dos próprios alunos há predominância do nível regular.

Tais resultados podem ser consequência de, entre outros aspectos, a falta de condições mais adequadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem voltado a esse público. Isso evidencia a importância de alinhar as percepções entre os diferentes grupos envolvidos na educação e de garantir condições adequadas

para o processo ensino-aprendizagem: melhorar condições pedagógicas e promover uma comunicação eficaz entre docentes, alunos e pais são passos essenciais para otimizar a participação dos alunos e promover uma inclusão efetiva no ambiente escolar.

Procurou-se saber também a avaliação dos informantes (discentes e pais) sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar, sobre o que, na escola “A”, o resultado informado foi considerado “Bom” por ambos os segmentos e, na escola “B”, os pais avaliaram como sendo “Bom”; enquanto que, para 66,66% dos discentes, é “Bom” e, para 33,33% deles, é “Muito bom”.

Outro aspecto questionado foi o suporte dado aos alunos com deficiência pelos docentes de Ciências e Biologia. Sobre isso, obtiveram-se os seguintes resultados:



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2024)

Pelos resultados apresentados na figura, fica evidenciado que, na opinião dos discentes, no geral, esse processo é “Bom”, uma vez que predominam avaliações consideradas muito boas e boas. Em relação à avaliação dos pais, o resultado já diverge, pois apenas 50% dos representantes desse segmento e ainda de apenas uma

escola consideraram “Bom”, sendo que os demais avaliaram esse aspecto com regular ou insuficiente. Pode-se considerar que os pais, por terem mais maturidade e experiência, conseguem fazer uma avaliação mais acurada.

Para que o aluno tenha possibilidades de melhor atendimento no seu processo de aprendizagem é imprescindível que ele tenha ao seu dispor ferramentas e suportes que os ajudem, como adaptação de materiais, profissionais preparados, ambientes com boa infraestrutura.

Os resultados mostram a importância de considerar as diferentes perspectivas de discentes e pais ao avaliar a eficácia do processo educacional. A discrepância nas avaliações sugere a necessidade de um diálogo mais aprofundado entre escola e família para alinhar expectativas, identificar áreas de melhorias e garantir que o processo educacional atenda adequadamente às necessidades de todos os envolvidos. *Feedback* de ambas as partes pode contribuir para uma abordagem mais holística e eficaz no aprimoramento do ambiente educacional.

Por fim, procurou-se saber dos informantes (docentes, discentes e pais) quais são as maiores dificuldades no que tange ao processo de inclusão dos alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, sobre o que se obtiveram os seguintes resultados:

Docentes da escola A: somente um contribuiu e respondeu nas seguintes palavras “A questão da experiência com uma formação específica, a falta de recursos, e também profissionais que na maioria não sabem como trabalhar com esse tipo de aluno”.

A respeito das respostas dos discentes, apenas dois da escola “B” responderam: “matéria difícil” (Aluno 1); “compreender o conteúdo” (Aluno 2).

A falta de metodologias que facilitem a compreensão dos alunos de algumas matérias é um problema, o que deve explicar as respostas dos alunos.

A respeito da resposta do docente fica claro que ele compreende que é necessário que haja capacitação e experiência dos educadores para trabalhar com os alunos com deficiência, para que assim o processo de inclusão aconteça e os alunos tenham todo o aparato necessário para que ocorra o processo de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ao investigar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de ciências e Biologia em escolas públicas de Zé Doca – MA, constatou um cenário complexo e heterogêneo. Embora a legislação brasileira garanta o direito à educação inclusiva, as implementações desses direitos no cotidiano escolar enfrentam diversos desafios.

O resultado revela uma diferença significativa entre as percepções dos gestores e dos docentes sobre a oferta de formação continuada para atender alunos com deficiência. Enquanto os gestores afirmam que essa formação ocorre regularmente, as respostas dos docentes mostram inconsistência, indicando que nem todos os professores recebem a formação necessária, o que compromete a qualidade da inclusão e do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência, evidenciando a necessidade de uma maior atenção com a capacitação contínua dos educadores para garantir um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Isso evidencia que, apesar dos esforços das escolas, a inclusão de alunos com deficiência é um processo em constante construção permeado por avanços e desafios.

A falta de recursos, a formação insuficiente dos professores, as barreiras arquitetônicas e a resistência de partes da comunidade escolar são alguns dos obstáculos identificados. A importância da formação continuada dos professores, adaptação dos materiais didáticos, a criação de um ambiente escolar inclusivo e a colaboração entre os profissionais da educação são elementos cruciais para o sucesso da inclusão. Diante desse cenário, é fundamental que a implementação de ações propostas pelas diversas instâncias governamentais seja gradativamente fortalecida e aperfeiçoada, a fim de garantir ofertas de recursos adequadas às escolas e formação consistente aos profissionais da educação. Também é preciso promover cada vez mais conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão.

A pesquisa sinaliza a necessidade de aprofundar os estudos sobre as especificidades da inclusão, de modo geral, e também nas aulas de Ciências e Biologia, buscando identificar estratégias pedagógicas mais eficazes para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Em suma, a inclusão de alunos com deficiência é um processo contínuo que exige o envolvimento de todos os atores envolvidos na educação. Ao promover a participação ativa desses alunos, a escola contribui para a construção de uma

sociedade mais justa e equitativa, na qual todos tenham oportunidade de aprender a se desenvolver.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; GOTTI, Marlene de Oliveira. Atendimento Educacional Especializado: concepção, princípios e aspectos organizacionais. *In: Ensaios Pedagógicos*, Brasília- DF, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

ALVES, Fátima. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2003.

BARBOSA, M. R. *et. al.* Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 24-34. 2011.

BARROCO, Sonia Mari Shima; DA SILVEIRA DUARTE, Neide; FERREIRA, Gesilaine Mucio. Recomendações dos organismos internacionais para a América Latina: **inclusão escolar, sustentabilidade e desigualdade estrutural**. Roteiro, v.48, n. 1, p. 1, 2023.

BASTOS. V.C.C. **A Formação do Professor e o Trabalho com Pessoas com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba, 2008.

BOOTH, T.; Ainscow, M. **Índex para inclusão: desenvolvimento a aprendizagem e a participação na escola**. New Redland, United Kingdom: SCIE – Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva, 2002.

BORGES, Maria Leonor; MARTINS, Maria Helena; LUCIO-VILLEGAS, Emilio; GONÇALVES, Teresa. **Desafios institucionais à inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior**. Revista Portuguesa de Educação, 30 (2), p. 7-31, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/10766>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 12, de 17.10.1978**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/emc_anterior1988/emc12-78. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4,** de 2 de outubro de 2009.

D'AGUA, S. V. N. L. **Sob o prisma da inclusão, desvelando a exclusão.** 2003. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação e Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2003.

DA SILVA, G. W. C.; BEZERRA JÚNIOR, R. A. **Equidade educacional e inovação tecnológica: abordagens integradas para o desenvolvimento de cidades inclusivas.** Revista de Gestão e Secretariado, online, v. 15, n. 3, p. e3572, 2024. doi: 10.7769/gesec.v15i3.3572. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3572>. Acesso em: 5 set. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite.** Relatório técnico da Embrapa gado de leite 1999-2000. Juiz de Fora, MG, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIROUX, H. A. **Pedagogy and the Politics of Hope: Theory, Culture, and Schooling.** Westview Press, 1997.

LIMA, E. T. S. **INCLUSION POLICY: a study in Jataí-Goiás public education system.** 2014. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU.** In: Gugel, Maria Aparecida; COSTA FILHO, Waldir Macieira; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes (Org) Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007, pp. 41-65.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Mauro Gomes de. **Vida no trabalho e sofrimento mental do professor de educação física da escola municipal:** implicações em seu desempenho e na sua vida pessoal. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994..Acesso em: 25 ago. 2024.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula**: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Harvard University Press, 1971.

RAWLS, John. Uma concepção kantiana de igualdade. Tradução de Nythamar de Oliveira. **Veritas**, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p.108-119, março/2007.

RODRIGUES, David (Org.). **Investigação em educação inclusiva**. v. 1. Lisboa: FEEL, 2006.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. Revista de Educação do IDEAU, v. 5, n.º 12, jul-dez 2010.

SANTOS, C.S.; ALMEIDA, Y.S. Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **RPGE–Revista de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 3, p. 1423-1432, set. /dez.,2017.

SANTOS, Luiza Araujo; HENRIQUE, Deborah Stephanie. O direito à educação inclusiva como prática da liberdade. In: Anais [...] do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre, 2023.

SASSAKI, R. K. (2005). Inclusão: o paradigma do século, revista da educação especial, p. 19-23.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão**: construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, D. **A nova lei de educação – LDB, trajetória, limites e perspectivas**/ Dermeval Saviani-11.ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEN, A. **Development as Freedom** Anchor Books. 1999.

SEVATICI, Rosana Henriques Pinto; MOURA, Simone Moreira de. Construindo materiais e reconstruindo conceitos e valores na educação inclusiva. Pró-Docência Revista Eletrônica das Licenciaturas/UEL, edição n. 1, vol. 1, jan-jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. Acesso em 2/05/2024.

SODRÉ, M. D.; ALVES-OLIVEIRA, M. R. **Educação inclusiva no Brasil: Avanços e desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 85-104, 2022.

SOUZA, C. R. Educação inclusiva: **desafios e perspectivas**. Editora Cortez, 2019.

SONZA, A.P. Acessibilidade de Deficientes Visuais aos Ambientes Digitais Virtuais.2004. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre,2004.

TOMLINSON, C. A. **The Differentiated Classroom: Responding to the Needs of All Learners.** ASCD. 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>> Acesso em: 10 ago. 2023.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso em: 30 jun. de 2024.

ANEXO I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 CAMPUS ZÉ DOCA
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
**PESQUISA: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA,
 EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**
 PESQUISADORA: ROZIELE DA SILVA VIANA
 ORIENTADOR: PROF. Dr. ELIÚDE COSTA PEREIRA

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A GESTORES(AS)/COORDENADORES(AS)

1 IDENTIFICAÇÃO:

Nome completo: _____

Idade: _____ anos **Sexo:** Masculino () Feminino ()

Escola: _____

Turno: _____

Contato (celular ou e-mail) - opcional: _____

Prezado(a) gestor/coordenador(a), solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de Pesquisa: A inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, em escolas de Zé Doca - MA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas envolvidas na pesquisa vêm lidando com a inclusão de alunos(as) com deficiência, especialmente no que tange às disciplinas (Ciências – Ensino Fundamental) e Biologia (Ensino Médio). Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima, sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Como você avalia a infraestrutura da escola considerando as necessidades dos(as) discentes com deficiência?

- () Excelente
- () Boa
- () Regular
- () Precisa de melhorias

2. Caso tenha assinalado a última alternativa, justifique sua resposta.

3. A escola possui Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento aos alunos com deficiência?

() Sim

() Não

4. Em caso de resposta positiva à questão anterior, a SRM possui recursos suficientes para atender o público-alvo?

() Sim

() Não

5. O(s) profissionais que atendem os(as) alunos(as) na SRM possuem formação específica?

() Sim

() Não

() Não sei informar

6. Em caso de resposta negativa à questão 3, os(as) alunos(as) da escola que possuem deficiência são atendidos em SRM de outra escola?

() Sim

() Não

7. Além da SRM, há outros recursos disponíveis (materiais didáticos adaptados, por exemplo) específicos para utilização no processo ensino-aprendizagem pelos(as) alunos(as) com deficiência?

() Sim

() Não

8. Em caso de resposta positiva à questão anterior, quais são os recursos?

9. A escola possui serviço de apoio especializado como: intérprete de libras ou monitores para alunos com deficiência?

() Sim

() Não

10. Os(as) docentes da escola recebem formação continuada para atender alunos(as) com deficiência?

() Sim

() Não

11. Em caso de resposta positiva à questão anterior, com que periodicidade isso ocorre?

12. Em caso de resposta negativa à questão 10, por que não há?

13. O PPP da escola aborda a inclusão de alunos(as) com deficiência, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem para todos(as)?

() Sim

() Não

14. Em caso de resposta positiva, que aspectos são contemplados?

ANEXO II

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 CAMPUS ZÉ DOCA
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
**PESQUISA: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA,
 EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**
 PESQUISADORA: ROZIELE DA SILVA VIANA
 ORIENTADOR: PROF. Dr. ELIÚDE COSTA PEREIRA

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A DOCENTES

1 IDENTIFICAÇÃO:

Nome completo: _____

Idade: _____ anos Sexo: Masculino () Feminino ()

Escola: _____

Turno: _____

Contato (celular ou e-mail) - opcional: _____

Prezado(a) professor(a), solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de Pesquisa: A inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, em escolas de Zé Doca -MA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas envolvidas na pesquisa vêm lidando com a inclusão de alunos(as) com deficiência, especialmente no que tange às disciplinas (Ciências – Ensino Fundamental) e Biologia (Ensino Médio). Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima, sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Como você avalia a infraestrutura da escola considerando as necessidades dos(as) discentes com deficiência?

- () Excelente
- () Boa
- () Regular
- () Precisa de melhorias

2. Caso tenha assinalado a última alternativa, justifique sua resposta.

3. A escola possui Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento aos alunos com deficiência?

Sim

Não

4. O(s) profissionais que atendem os(as) alunos(as) na SRM possuem formação específica?

Sim

Não

Não sei informar

5. Em caso de resposta negativa à questão 3, você sabe se os(as) alunos(as) da escola que possuem deficiência são atendidos em SRM de outra escola?

Sim

Não

6. Além da SRM, há outros recursos disponíveis (materiais didáticos adaptados, por exemplo) específicos para utilização no processo ensino-aprendizagem pelos(as) alunos(as) com deficiência?

Sim

Não

7. Em caso de resposta positiva à questão anterior, quais são os recursos?

8. A escola possui serviço de apoio especializado como: intérprete de libras ou monitores para alunos com deficiência?

Sim

Não

9. Os(as) docentes da escola recebem formação continuada para atender alunos(as) com deficiência?

() Sim

() Não

10. Em caso de resposta positiva à questão anterior, com que periodicidade isso ocorre?

11. O PPP da escola aborda a inclusão de alunos(as) com deficiência, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem para todos(as)?

() Sim

() Não

12. Em caso de resposta positiva, que aspectos são contemplados?

13. São realizadas adaptações nas aulas de Ciências/Biologia com vistas ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência?

() Sim

() Não

14. Em caso de resposta positiva à questão anterior, que adaptações são realizadas (metodologias, recursos etc.)?

15. Como você avalia a participação, nas aulas de Ciências/Biologia, no que se refere aos alunos com deficiência?

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Não participam

16. Em sua opinião, quais são os maiores desafios no que tange ao processo de inclusão dos(as) alunos(as) com deficiência?

ANEXO III

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS ZÉ DOCA
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PESQUISA: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA, EM
ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA
PESQUISADORA: ROZIELE DA SILVA VIANA
ORIENTADOR: PROF. Dr. ELIÚDE COSTA PEREIRA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, pai/mãe/responsável
do(a) aluno(a)

_____ da Escola

_____,
autorizo o(a) meu/minha filho(a) a participar da pesquisa: **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA, EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**, respondendo questionários e constituindo-se como efetivo colaborador da investigação científica.

_____, de _____ de 2024.

Assinatura do responsável

ANEXO IV

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 CAMPUS ZÉ DOCA
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
**PESQUISA: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA,
 EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA**
 PESQUISADORA: ROZIELE DA SILVA VIANA
 ORIENTADOR: PROF. Dr. ELIÚDE COSTA PEREIRA

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DISCENTES

1 IDENTIFICAÇÃO:

Nome completo: _____

Idade: _____ anos Sexo: Masculino () Feminino ()

Escola: _____

Turno _____

Contato (celular ou e-mail) - opcional: _____

Prezado(a) aluno(a), solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de Pesquisa: A inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, em escolas de Zé Doca -MA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas envolvidas na pesquisa vêm lidando com a inclusão de alunos(as) com deficiência, especialmente no que tange às disciplinas (Ciências – Ensino Fundamental) e Biologia (Ensino Médio). Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima, sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Como você avalia a infraestrutura da escola considerando as necessidades dos(as) discentes com deficiência?

- () Excelente
- () Boa
- () Regular
- () Precisa de melhorias

2. Caso tenha assinalado a última alternativa, justifique sua resposta.

3. A escola possui Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento aos alunos com deficiência?

Sim

Não

4. O(s) profissionais que atendem os(as) alunos(as) na SRM são bem preparados para atender os(as) alunos(as)?

Sim

Não

Não sei informar

5. Em caso de resposta negativa à questão 3, você sabe se os(as) alunos(as) da escola que possuem deficiência são atendidos em SRM de outra escola?

Sim

Não

6. Além da SRM, há outros recursos disponíveis (materiais didáticos adaptados, por exemplo) específicos para utilização no processo ensino-aprendizagem pelos (as) alunos(as) com deficiência?

Sim

Não

7. A escola possui serviço de apoio especializado como: intérprete de libras ou monitores para alunos com deficiência?

Sim

Não

8. São realizadas adaptações nas aulas de Ciências/Biologia com vistas ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência?

Sim, sempre.

Sim, às vezes.

Não

9. Como você avalia a participação, nas aulas de Ciências/Biologia, no que se refere aos alunos com deficiência?

Excelente

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Não participam

10. Como você avalia o processo de inclusão dos(as) alunos(as) com deficiência, no contexto escolar?

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Regular
- Precário

11. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades no que tange ao processo de inclusão dos(as) alunos(as) com deficiência nas aulas de Ciências/Biologia?

12. Como você avalia o suporte dado aos(às) alunos(as) com deficiência pelo(a) docente de Ciências/Biologia?

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Regular
- Insuficiente

ANEXO V

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 CAMPUS ZÉ DOCA
 CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
 PESQUISA: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, NAS AULAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA,
 EM ESCOLAS DE ZÉ DOCA - MA
 PESQUISADORA: ROZIELE DA SILVA VIANA
 ORIENTADOR: PROF. Dr. ELIÚDE COSTA PEREIRA

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PAIS

1 IDENTIFICAÇÃO:

Nome completo: _____

Idade: _____ anos Sexo: Masculino () Feminino ()

Escola: _____

Turno em que seu filho estuda: _____

Contato (celular ou e-mail) - opcional: _____

Prezado(a) responsável, solicitamos a sua colaboração com a nossa pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário, que tem como objetivo recolher informações relacionadas ao **Projeto de Pesquisa: A inclusão de alunos com deficiência, nas aulas de Ciências e Biologia, em escolas de Zé Doca -MA**, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As informações colhidas por meio deste questionário objetivam contribuir para o conhecimento/compreensão de como as escolas envolvidas na pesquisa vêm lidando com a inclusão de alunos(as) com deficiência, especialmente no que tange às disciplinas (Ciências – Ensino Fundamental) e Biologia (Ensino Médio). Esclarecemos que a privacidade dos participantes será preservada e a divulgação das informações ocorrerá de forma anônima, sendo que os originais serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa, acima identificada. Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

1. Como você avalia a infraestrutura da escola considerando as necessidades dos(as) discentes com deficiência?

- () Excelente
- () Boa
- () Regular
- () Precisa de melhorias

2. Caso tenha assinalado a última alternativa, justifique sua resposta.

3. A escola possui Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento aos alunos com deficiência?

Sim

Não

4. O(s) profissionais que atendem os(as) alunos(as) na SRM são bem preparados para atender os(as) alunos(as)?

Sim

Não

Não sei informar

5. Em caso de resposta negativa à questão 3, você sabe se os(as) alunos(as) da escola que possuem deficiência são atendidos em SRM de outra escola?

Sim

Não

6. Além da SRM, há outros recursos disponíveis (materiais didáticos adaptados, por exemplo) específicos para utilização no processo ensino-aprendizagem pelos (as) alunos (as) com deficiência?

Sim

Não

7. A escola possui serviço de apoio especializado como: intérprete de libras ou monitores para alunos com deficiência?

Sim

Não

8. Como você avalia o processo de inclusão dos(as) alunos(as) com deficiência, no contexto escolar?

Excelente

Muito bom

Bom

Regular

Precário

9. Como você avalia o suporte dado aos(às) alunos(as) com deficiência pelo(a) docente de Ciências/Biologia?

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Regular
- Insuficiente

10. Você tem conhecimento se são realizadas adaptações nas aulas de Ciências/Biologia com vistas ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência?

- Sim, isso constitui uma prática permanente.
- Sim, às vezes fazem isso.
- Não, isso nunca ocorre.

11. A escola disponibiliza apoio emocional e psicológico aos(às) alunos(as) com deficiência e aos pais/responsáveis?

- Sim
- Não
- Não sei informar

12. Você se considera satisfeito(a) com o processo de inclusão proporcionado pela escola aos(às) alunos(as) com deficiência?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito